

O conflito social na Folha de S. Paulo: os sentidos de “baderna” na coluna Gilberto Dimenstein

The social conflict in the *Folha de S. Paulo*:
The meanings of “quarrel” in the column Gilberto Dimenstein

Roberto Bitencourt da Silva

Ise/Faetec-SECT-RJ e Universidade Federal Fluminense. Campus do Gragoatá, s/no, bloco O,
sala 505, 24210-380, Niterói, RJ, Brasil.
betobitencourt@hotmail.com

Wagner Alexandre dos Santos Costa

Universidade Federal Fluminense. Campus do Gragoatá, s/no, bloco C,
sala 518, 24210-380, Niterói, RJ, Brasil.
wagnerasc@bol.com.br

Resumo. A proposta deste trabalho é interpretar, sob a perspectiva teórica da análise do discurso, a designação “baderna”, presente no artigo “Professores dão aula de baderna”, publicado pelo colunista Gilberto Dimenstein no jornal *Folha de S. Paulo*. A representação simbólica e a discursivização negativa dos professores pelo jornalista foi relacionada a um discurso de desqualificação da categoria, determinado por uma perspectiva neoliberal de incentivo exclusivo ao desempenho individual dos educadores.

Palavras-chave: imprensa, neoliberalismo, greve, educação pública

Abstract. The purpose of this study is to interpret, under the theoretical perspective of the discourse analysis, the term “quarrel” in the article “Teachers give lessons of mayhem”, published by columnist Gilberto Dimenstein in the *Folha de S. Paulo* newspaper. The teacher’s symbolic representation and their negative speeches by journalist was related to a disqualification statement of the class, determined by a unique neoliberal perspective to performance individual of the teachers.

Key words: press, neoliberalism, strike, public education.

Mas, se a justiça está em jogo em um combate, é como instrumento de poder; não é na esperança de que um dia, finalmente, nesta sociedade ou em outra, as pessoas sejam recompensadas de acordo com seu mérito ou punidas conforme os seus erros (Foucault, 2007, p. 8).

Apresentação

Na tarde de 26 de março de 2010, um grupo de professores da rede pública estadual paulista mobilizou-se em frente ao Palácio do Morumbi, sede do governo do Estado de São Paulo, para fazer algumas reivindicações – entre elas a correção salarial e melhores condições de trabalho. Demandava-se ainda a suspensão de algumas medidas governamentais que o grupo considerava contrárias à valorização profissional docente, tais como: o sistema de bonificação por meio de provas e as normas que envolvem faltas e licenças. Questionava-se também a recusa ao diálogo por parte do então governador José Serra. Houve sério embate entre o grupo, que se encontrava em estado de greve, e a polícia militar, resultando em vários professores e policiais feridos e em alguns manifestantes presos.

No dia seguinte, o jornalista Gilberto Dimenstein, que assina uma coluna no jornal *Folha de S. Paulo*, publicava um artigo intitulado “Professores dão aula de baderna”. Esse artigo gera uma extensa série de (inflamados) comentários, a maior parte produzida por professores, instaurando, dessa forma, significativa polêmica em torno das afirmações tecidas pelo jornalista¹.

Propomos neste trabalho analisar os sentidos da designação feita pelo sujeito discursivo Gilberto Dimenstein ao conflito social em questão, associando o uso da expressão “baderna”, feito pelo colunista, às formações discursivas mais abrangentes, em que se insere o discurso do próprio Dimenstein. Assim, nosso recorte se dá sobre o signo “baderna”, mobilizado pelo texto do colunista. Cabe assinalar que o signo “baderna” – empregado por Dimenstein como uma categoria interpretativa das iniciativas dos professores envolvidos em um tensionamento político e social face ao governo estadual paulista – foi enfaticamente rejeitado pela coletividade a que o autor se opôs,

a saber, os docentes/comentaristas da sua coluna. Estes revelaram optar, em não raros comentários, pelo signo “luta”, como dispositivo retórico explicativo para o evento e os seus desdobramentos conflitivos.

A análise destina-se a evidenciar os sentidos do discurso, considerando suas condições sócio-históricas e ideológicas de produção, que incluem o(s) sujeito(s) e a situação social. Por conseguinte, utilizaremos o aporte teórico-metodológico da análise do discurso, mormente o instrumental analítico formulado por Michel Pêcheux, visto que em sua perspectiva o autor nega a redução da linguagem a um instrumento meramente informacional, conforme salienta Henry (1990, p. 25). Isto posto, norteamos nossa leitura rumo à compreensão das seguintes questões:

- (a) Como os professores são simbolicamente representados e discursivizados pelo colunista?
- (b) Quais potenciais efeitos de sentido podem ser produzidos e apreendidos no contexto da designação feita pelo colunista ao episódio em questão?
- (c) Que filiações históricas, políticas e discursivas ancoram os dizeres do colunista, sujeito discursivo dos artigos?

Ademais, para procedermos à nossa análise, selecionamos no corpo do texto passagens de artigos que remeteremos ao signo em foco: “baderna”. Tais fragmentos inter-relacionam-se, associando-se semanticamente, o que lhes confere unidade discursiva, pois, como acentua Foucault (1995, p. 114), “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha em torno de si um campo de coexistências”. Conforme sublinha Pêcheux, o enunciado em sua materialidade linguística “emerge em uma rede de relações associativas implícitas, isto é, uma série heterogênea de enunciados funcionando sob diferentes registros discursivos e com uma estabilidade lógica variável” (Pêcheux, 2008, p. 23). Nesse sentido, também delineamos algumas ponderações acerca da linha editorial da *Folha de S. Paulo*.

Dessa forma, a filiação deste trabalho à análise do discurso implica o entendimento da designação “baderna” como um construto linguístico discursivo, subjetivo, histórico e ideo-

¹ Os jornais da grande imprensa, como a *Folha de S. Paulo*, dispõem de uma versão online, na qual o leitor pode comentar alguma reportagem ou artigo. Até o final de junho de 2010, havia 671 comentários para o artigo a que fazemos referência.

lógico². Para a compreensão de algumas categorias teóricas exploradas no curso do artigo, que se constituem em importantes ferramentas mobilizadas ao exercício da presente reflexão, iniciamos, então, com algumas considerações relativas aos conceitos de discurso e de sujeito.

Notas teóricas

Para os fins deste trabalho, a noção de discurso não corresponde à “parole” (ou fala) saussuriana, que se opõe à língua³. Não se trata da atualização da língua por meio de sua apropriação (oral ou escrita) por um usuário, nem da reprodução que se pode fazer dos enunciados alheios, ou seja, discurso direto, discurso indireto. Tampouco remete a uma composição textual produzida para ser oralizada diante de um auditório. Concebemos o discurso como uma relevante dimensão exterior à língua, de modo que se ancora na ambiência social, a partir de razões não precisamente linguísticas. A língua é o seu suporte material. Especificamente, estão envolvidos aspectos sociais e ideológicos que atravessam as palavras, transcendendo, por extensão, à idealização subjetiva da exclusividade inventiva do orador ou escritor.

Assim visto, o discurso não adquire sentido a não ser no interior de um universo de outros discursos. Portanto, “para interpretar um enunciado, é preciso colocá-lo em relação com todos os tipos de outros, que se comentam, parodiam, citam...” (Charaudeau e Mangueneau, 2004, p. 172). O discurso encontra sua materialidade na linguagem, o que explica o sentido de uma palavra não ser fixo, nem dado a priori, pois uma mesma palavra pode ter sentidos distintos, em virtude do lugar social e ideológico daquele que a

emprega. Esse lugar assumido pelo sujeito da fala determina posicionamentos vários sobre um tema qualquer, graças às posições ideologicamente definidas, implicando na formação de diferentes discursos. Logo, os “indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações ideológicas que lhe são correspondentes” (Pêcheux, 1997, p. 161). O entrecruzamento dos diferentes discursos e formações ideológicas constitui uma formação discursiva, que, por sua vez, apresenta em seu interior, de modo complexo, a presença de vários discursos – fenômeno denominado interdiscurso. Logo, o enunciado integra uma ampla formação discursiva⁴.

O sentido do discurso é necessariamente regido pela ideologia que sustenta a enunciação – dotada das respectivas “interpelações” (Althusser, 1998) que as singulariza –, bem como pelo lugar histórico-social a partir do qual se pode enunciar, razão por que, para analisá-lo, não se prescinde da atividade de interlocução dos sujeitos. Daí as posições dos sujeitos envolvidos desempenharem papel elementar na constituição dos sentidos da enunciação, isto é, o discurso é um efeito de sentidos entre interlocutores.

Os lugares sociais participam dos processos discursivos aos quais integram. Trata-se, como adverte Pêcheux (1997, p. 160), do funcionamento de “uma série de formações imaginárias que designam o lugar em que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro”.

Quanto à noção de sujeito, ela não corresponde à interpretação de um ser em sua particularidade e em sua individualidade pretensamente absoluta. O sujeito discursivo é, em contrapartida, um ser existente em um espaço

² Empregamos a categoria ideologia com base em um aspecto peculiar da perspectiva teórica de Louis Althusser: a “interpelação” do indivíduo, presente em qualquer manifestação ideológica, produzida e disseminada seja pelos setores dominantes, seja pelos subalternos. Segundo Althusser (1998), a ideologia, por meio das práticas e rituais inscritos em aparelhos ideológicos, “interpela” os indivíduos – convoca-os, chama-os para a adoção de comportamentos determinados – com o fim de transformá-los em “sujeitos” de suas normas, rituais, ideias e crenças. Apropriando-nos especialmente deste aspecto, rejeitamos, todavia, a recorrente premissa dicotomizante entre ideologia e ciência, ou falsidade e verdade – também presente no pensamento althusseriano.

³ Língua e “parole” constituem uma das disjuntivas propostas por Ferdinand de Saussure (1980). A Língua, segundo o autor, seria um sistema de valores opositivos, apreendidos passivamente pelo indivíduo, sendo assim socialmente homogênea. Não implica uso, nem pode ser modificada, pois decorre de um contrato social. Já a “parole”, Saussure a entende ser a realização individual do código da língua. Trata-se de um fenômeno multifacetado e pertencente a vários domínios. Por essa razão ele não a considerou como objeto de estudo da Linguística. Discurso, em nosso contexto, ultrapassa a elementar noção de modalidade falada.

⁴ Cf. Pêcheux (1997, p. 160), “chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]”. Adicionalmente, possuindo uma variedade compósita de discursos, a formação discursiva sempre revela a predominância de um determinado tipo de discurso.

social e ideológico⁵, situado em uma conjuntura histórica singular. Sua constituição é marcada por uma heterogeneidade decorrente da sua interação social em diferentes segmentos da sociedade. Veremos, na sequência da seção que se segue, dois sujeitos discursivos envolvidos em uma controvérsia, na *Folha de S. Paulo*, relativa às tensões que se estabeleceram, em março de 2010, entre o governo estadual paulista e os professores da sua respectiva rede pública de ensino.

A linha editorial da *Folha de S. Paulo*: algumas variáveis externas ao discurso da coluna Gilberto Dimenstein

Não é demasiado afirmar que a linha editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, nas últimas décadas, particularmente com a hegemonia do ideário neoliberal aberta no início dos anos de 1990, está sintonizada com alguns preceitos econômicos de corte liberal – como a primazia retórica concedida à empresa privada e à liberdade de mercado. Críticas ao intervencionismo estatal, em consequência, são muito recorrentes nas páginas das editorias de economia e de política da Folha. A lógica da eficiência e da produtividade maximizadora de lucros e de ganhos particulares, que tipifica o funcionamento do setor privado, mormente no atual estágio do capitalismo contemporâneo desregulado e financeirizado, é recorrentemente mobilizada, velada ou explicitamente, nas editorias a que fazemos alusão⁶. Dimensões propriamente humanas e de natureza social e política distributivista, de maneira geral, são secundarizadas em sua linha editorial, em consonância com os cânones econômicos preconizados pela estrutura de poder nacional e internacional⁷.

Do ponto de vista estritamente político, importa ressaltar as contumazes críticas tecidas às manifestações, mesmo que tímidas, de

intervenção, de mobilização e de participação popular, em geral as que denotam algum caráter organizado, nos processos decisórios que afetam a coletividade.

Em que pese o fato de o recorte analítico privilegiado consistir em uma coluna de opinião – o que não guarda apropriadamente uma representatividade da linha editorial do jornal, parece-nos legítimo sublinhar um dado de relevo: as seções e as colunas de opinião, a despeito de não representarem formalmente a opinião do jornal, possuem grande relevância para a compreensão de muitos componentes simbólicos e valorativos presentes nos diferentes marcos normativos do noticiário do jornal. Constituem-se, para o que nos interessa em especial, numa das fontes de inspiração da representação jornalística sobre a realidade política e econômica. Por serem preenchidas, frequentemente, por artigos produzidos por acadêmicos e intelectuais conceituados, é exatamente nesta seção que se abre a porta da articulação entre as produções e as interpretações científicas, eruditas e jornalísticas. Isto é, independente da polêmica estabelecida entre distintas visões de mundo que marcam as seções de opinião, algumas destas visões ganham ressonância na linha discursiva dos editoriais e do noticiário cotidiano (Silva, 2005). Levando isso em conta, pode-se sugerir que a apropriação jornalística de ideias presentes em algumas análises produzidas por intelectuais tende a propiciar um respaldo científico – tão louvado no mundo contemporâneo –, um respaldo, portanto, envolvido sob as capas da “neutralidade” e do “desinteresse”, perante o público-leitor, para descrever a realidade social⁸.

Não obstante, no estudo de caso explorado, a via inversa é que talvez se manifeste: a diretriz discursiva dos textos da coluna Gilberto Dimenstein, aqui selecionados, demonstra expressiva convergência com o enredo interpretativo e retórico de sabor neoliberal que norteia as diferentes editorias do noticiário, como teremos oportunidade de observar.

⁵ De acordo com Henry (1990, p. 30), “é tendo como referência a ideologia que Pêcheux introduz o sujeito enquanto efeito ideológico”.

⁶ A respeito, consultar Silva (2005, 2003).

⁷ No tocante à estrutura de poder doméstico e global – assentado nos grandes proprietários fundiários, nas corporações multinacionais, nos organismos multilaterais capitaneados pelo establishment (FMI, OMC, Banco Mundial etc.) e pelo sistema financeiro –, e ao seu respectivo endeuamento do mercado, sobrepondo-se a qualquer outro parâmetro ético que não o lucro, consultar, entre outras obras de igual relevância, Fontes (2010) e Mézaros (2009).

⁸ Abordando a lógica que impera na seara acadêmica e intelectual, Bourdieu põe em relevo o “desinteresse” como regra e propriedade ética e profissional que se sobreleva no campo de atuação da produção do conhecimento sistemático. Em suas palavras, o “desinteresse” consiste em uma “forma de interesse que convém a todas as economias dos bens simbólicos, economias antieconômicas, nas quais, de alguma maneira, é o desinteresse que compensa” (Bourdieu, 2004, p. 31). A sua incorporação no campo jornalístico, evidentemente, também proporciona não desprezíveis ganhos simbólicos.

O confronto discursivo na *Folha*: a coluna de Gilberto Dimenstein

Os sujeitos do discurso

Gilberto Dimenstein consiste em um dos personagens de proa do jornalismo brasileiro. Já trabalhou em grandes redações, como as do jornal *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio Brasiliense* e a revista *Veja*, sendo atualmente colunista da *Folha de S. Paulo*, um dos mais influentes jornais na formação da chamada opinião pública.

Seu currículo não se resume à sua experiência profissional nos referidos jornais, pois também é autor de vários livros, bastante conhecidos no mercado editorial. Citem-se dois que lhe conferiram certa projeção, inclusive no meio acadêmico: “O cidadão de papel” e “Meninas da noite”. Este último produto de pesquisa sobre a violência e a prostituição infantil na Amazônia, sob financiamento da MacArthur Foundation. Além disso, idealizou e coordena a Ong Cidade Escola Aprendiz, na qual dirige trabalho alternativo de capacitação profissional para jovens de comunidades pobres.

Os comentaristas de alguns textos da sua coluna, dos artigos que nos importam em especial, na página eletrônica da *Folha*, podemos classificar – acompanhando reflexões desenvolvidas por Certeau (2009) e Chartier (1991, 1988) – como receptores e consumidores ativos da mensagem veiculada pelo colunista. São professores, imersos em um contexto social, político e profissional peculiar. Ainda que não sejam membros do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP, sindicato que capitaneou a mobilização dos educadores nas ruas, ou mesmo que não sejam professores da rede pública estadual paulista, trata-se de leitores do jornal que, por seu turno, assumiram a posição de escritores (no site) em diálogo com o jornal, o colunista e os seus demais consumidores. Todavia, para os fins do trabalho, propomo-nos a priorizar a análise dos textos de Dimenstein, enquanto sujeito discursivo⁹.

A conjuntura

Com relação à temporalidade recente, o ano de 2010 corrobora uma já estabelecida tradição de má qualidade na educação pública brasileira. As causas, se de amplo conhecimento, se óbvias ou turvas, não constituem o cerne da nossa reflexão. Entretanto, esquematicamente cabe ressaltar que a precariedade do ensino público passa pela carência de profissionais (professores e pessoal de apoio), por baixos salários, pela vigência de instalações inadequadas e sem conservação, por excessivo número de alunos por turma, por escassos recursos pedagógicos etc. Neste cenário nacional evocado, São Paulo não constitui exceção.

Determinadas medidas político-educacionais foram implementadas, desde 2008, pelo governador José Serra, em sua gestão. Algumas delas foram amplamente divulgadas pela mídia, sobretudo a imprensa, tais como: exame de avaliação do professor, bonificação salarial com base em sua nota e assiduidade (incluídas as licenças para tratamento de saúde), além da inserção do professorado em projetos realizados por meio de parceiras com entidades privadas, como a Fundação Unibanco. Grosso modo, funcionários e professores da rede estadual da educação básica encontravam-se em estado de angústia, considerando-se desrespeitados, além de mal remunerados, segundo denota o jornal da APEOESP (2010). Por decorrência, a greve foi decretada em 08 de março de 2010 e as manifestações docentes de descontentamento foram se desenrolando.

Nesse esquemático panorama político e educacional, cumpre destacar a proximidade de um momento de alta relevância política e eleitoral para o Brasil: as eleições para presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, acerca das quais não se isentam, nem se isentaram, os meios de comunicação. Portanto, diversas manobras políticas se efetuaram em sua direção – alianças, acordos, rompimentos e, como não poderíamos deixar de enfatizar, renúncias de políticos a seus cargos, como aconteceu com José Serra, no governo do Estado de São Paulo. Em fun-

⁹ Embora, por uma questão de delimitação, tenhamos optado por não analisar os comentários dos leitores, privilegiando o discurso de um sujeito específico, Gilberto Dimenstein, julgamos necessário evocar aqui sua referência. Fizemo-lo para iluminar o que julgamos “polêmica”, razão por que também informamos em nota, no início do texto, a quantidade de postagens para o artigo de Dimenstein. Além disso, compreendemos ser uma oportunidade de demonstrar que a atribuição da imagem que A faz de B não será necessariamente simétrica, visto que os comentaristas (representando a categoria dos professores) não concordam com o modo como são representados e discursivizados. Revelam, pois, uma postura ativa na recepção das mensagens veiculadas pela coluna jornalística posta em evidência. Acerca da relação ativa e dinâmica entre produção e consumo de bens culturais, consultar Certeau (2009) e Chartier (1991, 1988).

ção da busca pelo êxito eleitoral, a disputa por votos estava já travada e permeava amplos domínios da sociedade.

Na coluna: a “baderna” e o discurso da desqualificação

A publicação do artigo “Professores dão aula de baderna” não ocorre em uma situação isolada, mas relaciona-se à já citada conjuntura sócio-histórica mui recente. Por outro lado, remete à rede de outros enunciados passados que evoca; ou seja, situa-se “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2008, p. 17). O acontecimento emerge da aludida interseção, consistindo a designação “baderna” apenas o reflexo de uma subjetividade ancorada em processos exteriores muito mais amplos na constituição do sujeito discursivo, posição em que se encontra, para os propósitos do texto, a coluna Gilberto Dimenstein.

Como se poderá observar no referido artigo, materialidade discursiva primordial à nossa análise, os professores são negativamente discursivizados por Dimenstein, por ele interpretados como atores indisciplinados e violentos. Dessa forma, são concebidos como exemplares da incapacidade para gerir o processo educativo em sala de aula, visto que os modelos comportamentais oferecidos aos jovens se prestam a justificar a desqualificação dos educadores.

Fico me perguntando como os alunos analisam as imagens de professores desrespeitando a lei e atirando paus e pedras contra a polícia [...] Trata-se apenas de uma minoria organizada e motivada, em parte, pelas eleições deste ano [...] Mas será que os alunos sabem disso? Será que vão imaginar que os professores são daquele jeito, sem limites, indisciplinados? [...] Não será com exemplos de desrespeito (de quem deveria dar o exemplo) que a situação vai melhorar. Muito pelo contrário: afinal, o que se viu foi uma aula de baderna. Só espero que pelo menos essa lição os estudantes não aprendam (Dimenstein, 2010c).

Na mesma linha do discurso de desqualificação da categoria profissional docente, o título também reproduz essa formação discursiva, pois as “aulas” dadas não correspondem a um “currículo” apreciado pela sociedade, sob a ótica do colunista.

O confronto discursivo protagonizado pelo colunista e pelos comentaristas, e ana-

lisado em parte pela materialidade em que consiste a designação “baderna”, certamente havia iniciado antes mesmo da publicação do artigo a que fazemos alusão, em 27/03/2010. As movimentações em torno das medidas adotadas pelo governo estadual, em particular a mobilização dos professores junto a sua entidade sindical (APEOESP), as discussões sobre o tema em vários blogs, e as decorrentes paralisações que culminaram na greve, teriam motivado Dimenstein a publicar, a partir de 2008, uma série de artigos dos quais destacamos uma parte e citamos seus títulos em ordem cronológica:

- (a) Parabéns, Serra (17/12/2008).
- (b) Desmoralizaram os professores (01/02/2010).
- (c) Vocês desrespeitam os professores (25/03/2010).
- (d) Professores dão aula de baderna (27/03/2010).
- (e) Professor é a profissão mais importante (09/04/2010).

O discurso da desqualificação situa-se novamente materializado em enunciados presentes nesses artigos. No texto “Parabéns, Serra”, diga-se, um título auto-explicativo, o articulista recupera e explora aspectos e categorias constitutivas de uma formação discursiva que enreda certo imaginário construído sobre o funcionalismo público, tais como: “ineficiência”, “falta de assiduidade” e “impontualidade”.

Mas o aluno também é vítima do professor que, além das dificuldades conhecidas, não gosta ou não quer ser professor. Isso só piora o problema das faltas, dos atrasos, da pouca vontade de preparar aulas mais interessantes (Dimenstein, 2008).

Nesse sentido, do artigo intitulado “Desmoralizaram os professores” pode-se sublinhar, a seguir, uma passagem que se inter-relaciona diretamente aos anteriormente postos em evidência: “O pior dos dados: os futuros professores são recrutados entre os alunos com as piores notas” (Dimenstein, 2010a).

No entanto, importa ponderar que uma formação discursiva não é homogênea, sendo constituída pelo entrelaçamento de vários discursos (cf. Pêcheux, 1997, p. 164). Logo, nos enunciados de outros artigos seus, uma “voz social” afirma a importância dos professores, em contradição à formação discursiva dominante que impera nos textos do

colunista¹⁰. Veja-se, em tal perspectiva, passagens de um artigo: “Considero a profissão de professor a mais nobre que existe. Mais nobre, por exemplo, do que a medicina – afinal, sem professor ninguém chegaria a uma faculdade de medicina” (Dimenstein, 2010a).

Segundo essa voz reveladora da introdução de outra e concorrente formação discursiva, a imagem sobre o professor é positiva. Nesse caso, dissocia-se da imagem do “baderneiro”, correspondente ao professor grevista e contestador – com efeito, um “mau professor”. Por seu turno, o professor “pacífico” é portador de predicados imersos em positivities, pois não adere à greve, nem se insurge contra as determinações do Estado, entendido como a Lei, como o Poder.

O movimento reivindicatório dos professores, por extensão, não é dirigido por essa fração positivada da categoria docente (tomada idealmente), mas por um sindicato (APEO-ESP) que possui vinculações políticas. Nas palavras do colunista:

Os dirigentes do sindicato são filiados ao PT, interessado em desgastar a imagem de José Serra, que está deixando o governo estadual para se candidatar à Presidência. Também sabemos que na cúpula do sindicato existem os setores mais radicais da esquerda como PSOL e PSTU (Dimenstein, 2010b).

A greve, assim, não teria legitimidade – segundo o entrecruzamento dessas formações discursivas (visão positiva do professor; discurso hegemônico da desqualificação). Consistiria exclusivamente em um ato político e “espúrio”, pois visaria exclusivamente às eleições. Nesse sentido, matéria jornalística publicada pela editoria Brasil, da Folha de S. Paulo, deixa entrever o mesmo ponto de vista, conforme se pode observar em seu “lead”:

Presidente de sindicato da categoria, ligado ao PT, afirmou que objetivo era “quebrar a espinha dorsal” do governo Serra, do PSDB. Manifestantes partiram para cima dos policiais, que revidaram com balas de borracha; governador estava fora, em agenda no interior (Folha de São Paulo, 2010).

Concomitantemente, pois, a uma secundarização, ou mesmo desconsideração, a questões e a demandas materiais reverberadas pelos educadores – como o reajuste salarial e a oposição às iniciativas adotadas pelo governo estadual –, percebe-se uma desqualificação da política como dimensão da vida pública e universo de interesse e de ação dos indivíduos, singulares e coletivos. Isto porque é próprio da democracia representativa que os atores sociais organizados em associações, sindicatos e partidos políticos veiculem suas ideias e manifestem suas opiniões, interesses e propostas. Desse modo, desqualificar uma manifestação de descontentamento de setores da sociedade civil, detentores ou não de eventuais vínculos partidários, consiste em desprestígio da política. Adicionalmente, denota um viés sobremaneira receoso face a um componente que tipifica a dinâmica própria da democracia: o conflito social. Um veículo de comunicação de relevo, como o é a Folha, demonizar o conflito, sem lugar à dúvida, consiste em expressão de um posicionamento que tende a contribuir para a criação de óbices culturais ao enraizamento social das instituições, dos procedimentos e da dinâmica democrática¹¹.

“Baderna” e desqualificação – uma perspectiva neoliberal?

Fazendo remissão ao conteúdo do artigo “Parabéns, Serra”, nele Dimenstein (2008) elogia explicitamente o ato do governador, que sancionou a medida de pagamento salarial com base especialmente no desempenho dos alunos. Em apoio à posição de Serra, o colunista conclui que “o bônus proposto faz do professor mais esforçado sócio do sucesso do seu aluno, e do relapso, cúmplice do fracasso”. Percebe-se, pelo teor da referida medida governamental e pelo conjunto de enunciados recortados dos recorrentes artigos de Dimenstein sobre o tema, um diálogo inserido em uma mesma formação discursiva; fenômeno lingüístico que Pêcheux (2008, p. 23) classifica como “relações associativas implícitas”. Veja-se ainda, no excerto seguinte, o apoio à “iniciativa” em co-ocorrência subliminar com

¹⁰ Na análise empreendida observamos como dominante a formação discursiva da “desqualificação”.

¹¹ A natureza conflituosa da democracia – derivada das disputas e divergências de interesses e de opiniões entre classes sociais e suas frações, seja na sociedade capitalista seja em uma de tipo pós-capitalista ou socialista – tem nas instituições representativas e na valorização da prática cultural dialógica dois importantes mecanismos de resolução dos conflitos. Sobre o assunto consultar Bobbio (2002), Habermas (2003) e Miliband (2000).

a justificativa de que o poder exercido pelo governador, ainda que considerado prejudicial pela categoria de professores, dá-se em benefício dela:

Pela importância da rede paulista, esse bônus terá um impacto nacional e até na América Latina. Os bons professores (e não faltam professores dedicados) serão os maiores beneficiados, por serem reconhecidos em seu esforço (Dimenstein, 2008).

Assim, o articulista tem advogado em seus artigos o sistema de bonificação apoiado, de algum modo, no princípio da meritocracia – por intermédio do qual os professores realizam uma prova e com base nela recebem ou não aumento salarial. O que se pode extrair do discurso do colunista é uma nítida convergência com a ideia de que os profissionais podem obter elevação salarial por meio da adoção de critérios que privilegiem apenas o resultado do seu desempenho individual, em oposição flagrante ao exercício profissional coletivo da categoria e a direitos e a garantias trabalhistas de sabor universalista – como a correção salarial das perdas inflacionárias, entre outros direitos. Tende-se, com efeito, a exaltar a promoção de um ambiente profissional sobremodo competitivo. Não é demasiado afirmar que essa modalidade de gestão assenta-se em bases valorativas e políticas de corte neoliberal, em virtude da sobrevalorização, latente ou explícita, do preceito ético e filosófico do individualismo.

Além de relacionar os sentidos assumidos pelo signo “baderna” ao discurso da desqualificação, apontando-o como determinado por uma tendência neoliberal, acrescentamos à nossa inferência a inserção de outra formação discursiva, qual seja: um viés de gestão alicerçado em uma tendência à apropriação de teorias pertinentes ao domínio da administração para a área da educação. Referimo-nos, especialmente, às seguintes propostas e preceitos apresentados pelo governo estadual paulista, e preconizados pelo articulista da Folha: ava-

liação de desempenho; substituição de mecanismos coletivos como planos de carreira por avaliação individual de competências; remuneração variável segundo o “mérito” individual; busca incessante pela “produtividade”, pela “eficiência” e “eficácia”, pelo corte de custos e de “desperdícios”¹².

Considerações finais

A representação simbólica e a discursivização dos professores pelo colunista revela a presença de várias formações discursivas engendrando a composição dos sentidos do signo “baderna”. Pode-se observar sua determinação pelo discurso da desqualificação, assentado na defesa do aprimoramento da categoria docente em diversos aspectos – inclusive comportamentais. De acordo com esse discurso, é preciso “separar o joio do trigo”, bonificando economicamente aqueles que se adequam ao regime de gestão educacional instaurado.

Na estruturação linguística desse discurso, observamos, nos seus enunciados, que alguns itens lexicais, associados à voz ativa da oração, atribuem a responsabilidade pelo estopim gerador do conflito físico (exclusivamente) a uma das partes: os professores. Assim encontramos, por exemplo, no artigo “Professores dão aula de baderna”, “professores [...] desrespeitando e atirando paus e pedras”. Além disso, ressaltam-se alguns não-ditos: as razões da insatisfação dos professores são desconsideradas; especificamente em relação ao confronto físico travado nas ruas entre os professores e a política militar, quem agrediu primeiro? A possibilidade de o grupo docente ter visado à defesa da sua integridade física também não é evidenciada, sinalizando um posicionamento, da coluna jornalística, sobremaneira negativo ao professorado.

Isso deixa entrever a ideia de que foram os professores os agentes iniciais da violência; diga-se, o que inclusive foi afirmado por matéria do cotidiano aqui reproduzida. Nesse sentido,

¹² *Cumprir observar que a adoção de mecanismos de estímulo à formação continuada, ao envolvimento com atividades culturais, técnicas e científicas que transcendam ao espaço restrito da sala de aula, consistem em relevantes medidas de promoção do adensamento e da melhoria do ensino. Sem lugar à dúvida, requerem também a respectiva contemplação em planos de carreiras do magistério, traduzindo-se em benefícios e garantias pecuniárias ao professorado. Um instrumento de valorização da capacidade, do interesse e do mérito individual, que associado a políticas salariais e de melhoria das condições de trabalho do professorado, representam a conciliação entre as dimensões individual e coletiva do exercício profissional do magistério. Não obstante, as medidas adotadas pelo governo José Serra parece-nos orientar-se, notadamente, pela introdução de uma lógica competitiva e individualista no sistema educacional, pondo para escanteio ações governamentais e normativas de natureza universalista – como o dissídio coletivo. Diga-se, ações governamentais defendidas por Dimenstein. Atinente às medidas e aos instrumentos de valorização do exercício das atribuições docentes, vale consultar Demo (2003).*

os professores seriam responsáveis pelas ações violentas e pelo distúrbio público, já que se rebelaram contra o que é “justo”, isto é, contra a Lei – “Lei”, nessa acepção, significa “Poder” (legitimado e incontestável). Nesse sentido, remetemos, oportunamente, à epígrafe do artigo.

Por extensão, a fala do colunista da Folha filia-se a discursos de repressão a manifestações populares e de afirmação absoluta da autoridade do Estado em suas decisões e iniciativas. O descolamento hierarquizante dos aparatos estatais face à sociedade civil organizada, aqui representada pelos trabalhadores da educação, é flagrante nesta perspectiva política. Mas, sem lugar à dúvida, convergente com o preceito político de orientação neoliberal contrário ao envolvimento e à participação direta dos movimentos sociais na “res publica”; preceito que também atravessa as páginas das editoriais de política e de economia do jornal.

Ademais, note-se que está contraditoriamente presente no discurso de Dimenstein uma formação discursiva em que professores são concebidos como sujeitos que devem ser portadores de determinados atributos comportamentais. Como educadores, devem ser “disciplinados” e “modelares”. De acordo com essa atribuição de imagem, não seriam próprias de tal categoria profissional as atitudes de “baderna”, principalmente quando se diz serem os professores “[aqueles que] devem zelar pela disciplina”. Por isso, essa categoria deveria ser passiva e incapaz de se voltar contra as decisões hierarquicamente superiores. Levando-se em consideração o relevante papel formativo desempenhado pela educação escolar formal, é um modelo de cidadão, passivo e resignado à ordem social, com efeito, que permeia o delineamento do perfil do professor pelo colunista.

Com efeito, o colunista conclui que não se trata propriamente da maioria de professores envolvidos na greve, mas de um movimento político motivado por disputas eleitorais, dirigido por partidários do PT, do PSTU e do PSOL. Nessa medida, sem admitir um caráter propriamente conclusivo, se a greve e as suas reivindicações foram associadas, pelo colunista e pelo jornal, a uma movimentação em torno das eleições, poderíamos também estabelecer o mesmo tipo de relação política, partidária e eleitoral para a publicação do artigo “Professores dão aula de baderna”, e demais, apenas associando-o a uma legenda partidária diferente e opositora.

Referências

- ALTHUSSER, L. 1998. *Aparelhos ideológicos de estado*. 7ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 128 p.
- BOBBIO, N. 2002. *O futuro da democracia*. 8ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 207 p.
- BOURDIEU, P. 2004. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo, Unesp, 86 p.
- CERTEAU, M. 2009. *A invenção do cotidiano – 1. artes de fazer*. 16ª ed., Petrópolis, Vozes, 316 p.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. 2004. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo, Contexto, 555 p.
- CHARTIER, R. 1991. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11(5):173-191.
- CHARTIER, R. 1988. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 245 p.
- DEMO, P. 2003. *Avaliação sob o olhar propedêutico*. 5ª ed., Campinas, Papyrus, 160 p.
- DIMENSTEIN, G. 2008. Parabéns, Serra. *Folha de S. Paulo*, 17/12/2008.
- DIMENSTEIN, G. 2010a. Desmoralizaram os professores. *Folha de S. Paulo*, 01/02/2010.
- DIMENSTEIN, G. 2010b. Vocês desrespeitam os professores. *Folha de S. Paulo*, 25/03/2010.
- DIMENSTEIN, G. 2010c. Professores dão aula de baderna. *Folha de S. Paulo*, 27/03/2010.
- DIMENSTEIN, G. 2010d. Professor é a profissão mais importante. *Folha de S. Paulo*, 09/04/2010.
- FONTES, V. 2010. *O Brasil e o capital-imperialismo – teoria e história*. Rio de Janeiro. EPSJV/UFRRJ, 384 p.
- FOUCAULT, M. 1995. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 265 p.
- FOUCAULT, M. 2007. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ago., p. 8.
- HABERMAS, J. 2003. *Direito e democracia*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, vol. I, 354 p.
- HENRY, P. 1990. Os fundamentos teóricos da ‘análise automática do discurso’ de Michel Pêcheux. In: F. GADET; T. HAK (orgs.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, EDUNICAMP, p. 13-38.
- JORNAL DA APEOESP. 2010. São Paulo, n. 284, p. 3.
- MÉSZAROS, I. 2009. *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo, 133 p.
- MILIBAND, R. 2000. *Socialismo & ceticismo*. Bauru/São Paulo, EDUSC/UNESP, 295 p.
- PÊCHEUX, M. 2008. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 5ª Ed., Campinas, Pontes, 68 p.
- PÊCHEUX, M. 1997. *Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, EDUNICAMP, 288 p.
- SAUSSURE, F. 1980. *Curso de linguística geral*. 9ª ed., São Paulo, Cultrix, 279 p.
- SILVA, R.B. 2005. Notas sobre a identidade política de Luiz Inácio. *Comum*, 25(11):135-156.
- SILVA, R.B. 2003. A noção de populismo na Folha de S. Paulo. *Achegas.net – Revista de Ciência Política*, 10. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/dez/roberto_bitencourt_10.htm. Acesso em: 05/10/2010.

Submetido em: 23/10/2010

Aceito em: 19/11/2010